

Mandato não se negocia com regime, diz Ulysses

"Eu não acho que seja correto se negociar sistema de governo com duração de mandato", disse o deputado Ulysses Guimarães, ao ser informado ontem de que o presidente Sarney aceita um sistema parlamentarista desde que fique cinco anos no poder. Ulysses disse que esses são assuntos independentes, a Constituinte é quem vai decidir o sistema de governo, mas considerou "injusto" dar apenas quatro anos de mandato para Sarney.

Mais irônica foi a reação do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Ao saber que a fórmula proposta por Sarney preconiza um regime de gabinete sem dissolução do Parlamento e sem queda do Conselho de Ministros, ele sentenciou: "Mas isso é presidencialismo". O líder achou estranho chamar-se o modelo de parlamentarista, sobretudo por não prever a dissolução do Parlamento. Quando soube que Sarney o denomina "neo-presidencialismo", riu.

Adepto do regime presidencialista, assim como o senador José Richa, Mário Covas diz que é contra os sistemas híbridos, que copiam instrumentos do parlamentarismo apenas para fantasiar um presidencialismo autocrático. A idéia presidencial foi motivo de brincadeiras entre os líderes de pequenos partidos, como Luis Ignácio Lula (PT) e Haroldo Lima (PC do B). "Isso tá engraçado demais pra ser verdade", disse Haroldo Lima.

Sem admitir piadas com o assunto, o líder do PFL, José Lurenço, realizou uma reunião à noite em seu gabinete para explicar a alguns integrantes de sua bancada qual a estratégia a ser seguida para a aprovação da idéia de Sarney. Estavam lá Inocêncio Oliveira, Levy Dias, Furtado Leite, Valmir Campelo, Francisco Dornelles e Ricardo Fiuzza. Lourenço explicou a todos que entre 10 e 13 horas de amanhã (hoje) esgota-se o prazo para esses constituintes pedirem destaques dos principais pontos do projeto de Egídio Ferreira Lima.

Esses pontos concentram-se na duração do mandato do presidente Sarney, no artigo que prevê a dissolução do Parlamento e nos dispositivos referentes à queda de gabinete. Seguindo orientação presidencial, o PFL vai tentar inserir as idéias de Sarney ao julgar esses artigos em destaque. A reunião entrou pela noite e, não muito longe dali, o deputado Carlos Santana reunia o grupo para traçar a mesma estratégia.

Sistema Eleitoral

Constituinte prevê voto alternativo

A criação de um sistema eleitoral, que denomina de "proporcional com delimitação do distrito", é a proposta que o constituinte Ronaldo César Coelho, do PMDB do Rio de Janeiro, apresentou à Comissão do Sistema Eleitoral e Organização Partidária. Ele a defenderá a partir de hoje, quando das discussões e votação. Cezar Coelho, mesmo concordando com o substitutivo de Prisco Viana — "é um bom relatório" —, discorda quanto à proposta do voto distrital misto. Para ele, é preciso manter o voto proporcional, mas impedir as sucessivas eleições de um deputado por regiões diferentes a cada pleito.

A sua proposta de voto proporcional, traz como novidade a delimitação do distrito onde o candidato pode ser votado. Segundo Cezar Coelho, isso não vai diminuir a representação dos pequenos estados, que constituirão, cada um, um distrito, mantendo a eleição dos seus três senadores e oito deputados. O percentual defendido por ele é de dois por cento do eleitorado nacional, o que daria um distrito com 1,4 milhão de eleitores. Outra exigência é quanto a impossibilidade de reeleição em outro distrito.

A proposta, segundo o deputado, tem características inovadoras e evitará a figura do candidato que a cada eleição gasta fortunas em regiões diferentes e não cumpre seus compromissos.

Ronaldo Cezar Coelho não concorda com a divisão dos constituintes entre conservadores e progressistas, preferindo ser classificado como "moderno". Mesmo assim, acredita que as propostas apresentadas no substitutivo de Prisco Viana serão aprovadas sem qualquer alteração no aspecto da segurança, com pequenas mudanças no sistema eleitoral e na organização partidária.

O relator Prisco Viana passou o dia de ontem estudando as emendas e elaborando seu novo substitutivo. Hoje, às 13h30, no Plenário do Senado Federal, terá início as discussões, seguidas de votação das matérias.



Para deputado, a Constituinte é quem decide o regime

Sarney estimula modificações na forma de governo

O presidente da República liberou os constituintes de sua confiança para introduzirem alterações substanciais na estrutura do Executivo e seu inter-relacionamento com os demais Poderes, o que poderá mudar de maneira expressiva tudo o que existe neste momento nas Comissões Temáticas sobre a matéria.

O novo modelo presidencial idealizado pelo presidente Sarney prevê um primeiro-ministro por ele nomeado, cuja investidura dependeria de aprovação do Congresso, com as atribuições executivas do governo repartidas entre ambos e o Conselho de Ministros, sem prejuízo da unidade de chefia — Estado e Governo — atribuída ao presidente.

Os principais articuladores do novo modelo, já chamado de "neo-presidencialismo", são o líder do governo, deputado Carlos Santana, e o líder do PFL, deputado José Lourenço, e seu perfil deverá ser desenhado ao longo da elaboração constitucional, na Comissão de Sistematização e no plenário.

A prevalecer a tese, o presidente seria eleito por sufrágio universal e voto popular, direto e secreto para mandato de cinco anos, vedada a reeleição, mas a figura do vice-presidente seria extinta. Na hipótese de vacância do cargo de presidente, nos últimos dois anos de mandato, o sucessor seria eleito indiretamente pelo Congresso. Seria aberta a possibilidade de consultas plebiscitárias, por iniciativa do presidente da República, com os resultados — devendo ser acolhidos tanto por este quanto pelos demais Poderes. E ainda: a criação de um Conselho de Ministros a ser constituído, no mínimo, de um terço de congressistas e dirigido pelo primeiro-ministro. Para a composição do Conselho seriam observados os resultados das eleições gerais para o Congresso.

A nomeação dos ministros de Estado seria feita pelo presidente, mediante indicação do primeiro-ministro, à exceção dos ministros militares, do SNI, das Relações Exteriores, dos chefes dos Gabinetes Civil e Militar, Procurador e Consultor-Geral da República, que tocariam ao presidente. Os ministros de nomeação privativa do presidente da República não estariam sujeitos a qualquer voto de censura, ao contrário dos demais que poderiam ser atingidos por

moção de censura aprovada pelo voto da maioria absoluta dos congressistas, no entanto haveria a possibilidade de suspensão dos efeitos da segunda moção de Censura, submetendo-a a nova deliberação — quando seria confirmada ou não.

Nos moldes em que está sendo idealizado, o neo-presidencialismo não levaria à dissolução do Parlamento. Isto porque este não teria responsabilidade pela indicação do ministro de Estado, mas de mera ratificação de indicação presidencial. Quanto à moção contra o Ministério, o presidente teria o poder de vetá-la, sendo necessários os votos de 2/3 do Parlamento para derrubar este veto, a exemplo do que já acontece, atualmente, com os projetos de Lei.

O fato de o neo-presidencialismo estar sendo articulado a quatro mãos pelo líder do PFL e pelo líder do governo na Constituinte, que é do PMDB, evidência que os dois partidos, ou pelo menos parte ponderável de ambos poderá engajar-se na tese, que contaria o apoio do centro democrático.

A nova proposta, inspirada no Palácio do Planalto e que teria tido a participação do consultor Saulo Ramos, embora mantenha o Conselho da República, preconizado pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça, altera seu perfil e o investe de funções institucionais, como virtual Poder Moderador entre os Poderes do Estado. O Conselho é composto pelo presidente da República, a quem incumbirá presidí-lo, e, ainda, pelos presidentes da Câmara, Senado, Supremo Tribunal Federal, o presidente do Conselho de Ministros e os líderes da Maioria e da Minoria da Câmara dos Deputados. Finalmente, pelos representantes da República que não hajam sido destituídos do cargo.

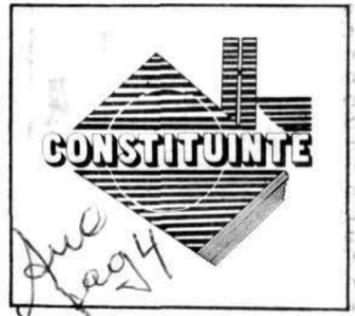
Dentre as atribuições do Conselho da República destacam-se: velar pela harmonia, separação e independência dos poderes e intangibilidade da federação, reconhecer e proclamar a incapacidade física ou mental do presidente da República, que o inabilite, em caráter permanente, para o exercício do cargo e submeter esta decisão, imediatamente, à Justiça Eleitoral para sua ratificação e propor ao Poder Executivo.



Lourenço articula estratégia



Ala do PMDB acompanha Santana



Sistema de Governo

Novo regime tem o apoio da maioria

A Comissão do Sistema de Governo começa hoje a votar o regime parlamentarista e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. As duas propostas possuem ampla maioria na Comissão, resultado de um acordo entre o grupo governista e parcela da corrente parlamentarista que aceita votar pelos cinco anos desde que seja aprovada o sistema de governo que defendem.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, o grupo do líder do governo, deputado Carlos Santana (PMDB-BA) poderá ficar isolado e até corre o risco de forçar a aprovação de um mandato de quatro anos para Sarney caso insista na tese do neo-presidencialista.

O senador prevê que a reação do grupo parlamentarista, neste caso, seria muito forte colocando em perigo a proposta do mandato de cinco anos para o presidente. José Fogaça calculava ontem que os defensores dos quatro anos, como ele, somavam apenas 23 constituintes, enquanto o grupo pró-governo atinge os 40 votos.

Neo-parlamentarismo
Quanto ao sistema de governo, o senador gaúcho alertava que o relator da Comissão, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) terá que apresentar uma proposta de parlamentarismo híbrido para que não promova uma aliança entre os grupos parlamentarista e presidencialista. Segundo Fogaça, a proposição de Egídio entra em confronto com os presidencialistas e não ganhou a confiança dos parlamentaristas. Ele assinalou também que a tese do neo-presidencialismo, defendida por Sarney, com um primeiro-ministro "fantoche", é amplamente rejeitada pela maioria da Comissão.

Dos membros da Comissão que votam favoravelmente ao mandato de cinco anos, a maioria é parlamentarista convicto restando apenas um pequeno grupo que vota com o presidente Sarney independente do sistema de governo a ser adotado. Os sarneysistas são os deputados Alberício Filho (PMDB-MA), Maurício Pádua (PMDB-MG), Silvio Abreu (PMDB-MG), Henrique Alves (PMDB-RN), Enoc Vieira (PFL-MA), Alexandre Puzna (PMDB-SC), Expedito Machado (PMDB-CE) e o senador Hugo Napoleão (PFL-PI). Até os membros do PDS poderão votar favoráveis ao mandato de quatro anos, caso Carlos Santana insista na proposta neo-presidencialista.

Saulo nega influência do Planalto

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, negou ontem que o Palácio do Planalto tenha mantido qualquer influência sobre a Constituinte na inclusão de uma emenda relativa à prorrogação de mandatos dos prefeitos e vereadores de municípios recém-criados e eleitos em 1986. «A prorrogação é um problema dos políticos. Quem dá mandato é o povo e quem tira mandato só pode fazê-lo através de uma sanção ou contravenção».

A observação do consultor foi feita com referência ao relatório do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que previu a prorrogação de mandato para prefeitos eleitos em 1986. Também os senadores Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, e Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, manifestaram-se contrários à prorrogação de mandatos. «Esse artifício era usado pela Arena, comentou Fernando Henrique Cardoso. Rebatendo as afirmações de Prisco Viana, segundo as quais a prorrogação seria favorável ao PMDB, o senador paulista disse que a medida é casuística».

Para o senador Mário Covas, haveria eleições todos os anos. Covas, conforme admitiu o próprio relator Prisco Viana, foi um dos responsáveis pela retirada, no relatório da comissão, do artigo onde se previa prorrogação de mandatos de prefeitos de capitais.